



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - Minas Gerais - CEP: 35420-000

RESOLUÇÃO N.º 13/2007.

Altera o Valor da Verba Indenizatória do Vereador em Razão de Atividade Inerente ao Exercício do Mandato Parlamentar e Dá Outras Providências.

O Plenário da Câmara Municipal de Mariana aprovou e a Mesa Diretora, em seu nome, **PROMULGA** seguinte Resolução:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Mariana indenizará o Vereador por despesas realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, no valor de até **RS 8.000,00 (oito mil reais)** mensais.

§ 1º Consideram-se despesas realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar:

I - o aluguel de imóvel destinado à instalação de escritório de representação político-parlamentar fora das instalações da Câmara;

II - as ordinárias de condomínio, telefone celular ou fixo, água, material de consumo, energia elétrica, limpeza, conservação e higienização relativas ao escritório a que se refere o inciso I deste parágrafo;

III - os gastos com combustível, assim como com locação de veículos utilizados no exercício do mandato parlamentar;

IV - as de contratação de serviço de consultoria e/ou assessoria, para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar;

V - as efetivadas para a realização de cópias reprográficas e ou xerográficas; selos; correspondências; postagem e para a compra ou assinatura de publicações jornalísticas ou periódicos informativos, avulsos ou com assinatura, não ultrapassando o exercício financeiro;

VI - o pagamento de diária de viagem a Vereador, destinada ao financiamento da participação do mesmo em estudos, congressos, simpósios, seminários, assim como em qualquer outro evento cujo tema tenha relação com o exercício parlamentar, que verse sobre a administração pública em qualquer de suas áreas, ou permita a troca de experiências e conhecimentos parlamentares.

§ 2º - A concessão de diária de viagem nas hipóteses em que a mesma for destinada à representação da Câmara Municipal, por necessidade do Presidente, para tratar de assuntos atinentes ao Poder Legislativo, não estará incluída no valor estabelecido no "caput" do art. 1º da presente Resolução.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - Minas Gerais - CEP: 35420-000

§ 3º - O limite da verba indenizatória relativa aos incisos do parágrafo 1º, deste artigo, é mensal, permitida a sua acumulação, desde que o saldo remanescente seja utilizado dentro do mesmo exercício financeiro.

Art. 2º - O pagamento da indenização depende de:

I - solicitação do Vereador, por meio de requerimento-padrão, no qual firmará declaração de que a despesa foi realizada em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar;

II - comprovação das despesas, mediante apresentação de nota fiscal ou documento equivalente de quitação, de acordo com os seguintes critérios concorrentes:

- a) original, em primeira via;
- b) isento de rasura, acréscimo, emenda ou entrelinha;
- c) emitido em nome do Vereador;
- d) datado e discriminado por item de serviço prestado ou material fornecido;
- e) emitido com o nome, o endereço completo e o número do CPF do beneficiário do pagamento, em caso de recibo.

§ 1º - Somente será admitido recibo para a comprovação de despesa quando o contratado, por força de lei, estiver dispensado de emitir nota fiscal ou cupom fiscal.

§ 2º - Para a comprovação de despesa com contratação de profissional autônomo, será exigido Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA.

§ 3º - Não serão objeto de indenização as despesas efetuadas com aquisição de material permanente, assim considerado o de vida útil superior a dois anos, ou ainda aquelas decorrentes da manutenção de automóveis ou outros bens de propriedade particular do Vereador ou de terceiros.

§ 4º - A comprovação das despesas será processada pela Assessoria Contábil da Edilidade, e o seu reembolso mensal será efetuado após a aprovação da Comissão de Fiscalização Interna.

§ 5º - Para o reembolso mensal das despesas, os respectivos comprovantes devem ser apresentados ao setor contábil da Câmara até o dia 10 do mês subsequente, e o valor liberado no prazo de cinco dias úteis contados da emissão do parecer a que se refere o art. 3º.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - Minas Gerais - CEP: 35420-000

Art. 3º - Recebida a solicitação de reembolso de despesas do Vereador, instruída com os respectivos comprovantes, o setor contábil formará o processo de indenização, realizará o exame das despesas e dos comprovantes e emitirá parecer em que opinará pelo respectivo reembolso, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 4º - Realizados os exames dos processos de indenização de despesas, a Assessoria Contábil enviará à Mesa relatório com a relação das despesas a serem reembolsadas ao Vereador.

Art. 5º - Recebido o relatório a que se refere o artigo precedente, o Presidente da Câmara solicitará à Mesa que proceda (ou não) o pagamento dos reembolsos.

Art. 6º - Aprovado o pagamento dos reembolsos, o setor contábil arquivará os processos de indenização de despesas, com os respectivos comprovantes e pareceres, e enviará à Comissão de Fiscalização Interna o relatório a que refere o art. 3º.

Art. 7º - A concessão e o pagamento de verbas indenizatórias condicionam-se à existência de crédito orçamentário e disponibilidade financeira.

Art. 8º - Fica criada a Comissão de Fiscalização Interna da Câmara, composta por três Vereadores indicados pelo Presidente no início de cada período legislativo, com mandato de um ano, e a função de fiscalizar o pagamento de indenização a Vereador pela realização das despesas a que se refere a presente Resolução.

Parágrafo único: Não poderá compor a Comissão de que trata o presente artigo o Vereador que ocupar cargo na Mesa.

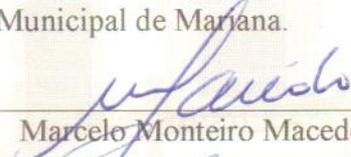
Art. 9º - A Comissão referida no artigo anterior poderá se reunir, extraordinariamente, sempre que solicitada pelo Presidente ou pelo setor contábil, para dirimir questões não previstas nesta Resolução.

Art. 10º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

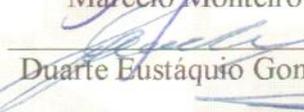
Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução 11/2005.

Salas das Sessões, 31 de Dezembro de 2007.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mariana.



Marcelo Monteiro Macedo - Presidente



Duarte Eustáquio Gonçalves - Vice Presidente



Luiz Antonio da Silva - Primeiro Secretário